

Uma breve análise dos costumes: *Inocência* – Visconde de Taunay

Wesley de Paula David¹

Este texto visa estudar os costumes partindo inicialmente das considerações de E. P. Thompson (1998), para entendermos o que este autor compreende por costumes. Para o exercício de análise da fonte, procuramos no estudo do clássico da literatura regional *Inocência* – escrito por Visconde de Taunay, rastrear, encontrar e destacar aquilo que seria concernente à cultura e costumes.

Para fazermos tal análise recorreremos a Roger Chartier (1999), Umberto Eco (2005) e Françoise Dosse (2001), a fim de entender qual relação a história estabelece com a literatura e vice-versa. Presumíamos que tal tarefa seria razoavelmente fácil, tendo em vista o apreço que temos pela literatura, porém no decorrer do trabalho pudemos constatar a dificuldade que crescia para a análise dos costumes em vista da necessidade de historicizá-los.

Utilizaremos *Inocência* como fonte histórica, ciente de que também é uma fonte literária e dos riscos que tal abordagem pode ocasionar. Tentaremos interpretá-la, indagando se o texto pode ser uma categoria social e mais: por que não uma prática social?

Num acalorado debate intitulado *Literatura e História*, Roger Chartier faz vários apontamentos da relação que situa entre Literatura e História, particularizando seu objeto de análise. No final do debate surgem questionamentos e apontamentos, dentre eles destacamos o de João Adolfo Hansen, crítico literário e historiador da literatura brasileira, ao salientar que:

[recuperarmos alguns procedimentos que,] Permitem formular a hipótese de que os discursos que concebemos como literatura existem enquanto discursos como resultados de práticas que pressupõem sistemas de representação. Esses sistemas, evidentemente, pressupõem códigos, quero dizer, pressupõem uma codificação retórica, tópicos, temas, regras, meios de circulação, condicionamentos materiais e institucionais, públicos etc (1999, p. 209).

O texto quando escrito tem suas pretensões e as entendemos como um sistema de códigos e signos, que possibilitam uma ou várias interpretações.

¹ Discente do curso de Licenciatura em História pela UFMS/CPTL, bolsista PIBID/CPTL.

Essas interpretações não trabalham a nosso favor numa espécie de sincronismo, sendo necessário ao leitor que levante conjeturas, mas não as force provocando assim o que Eco (2005) intitula como uma *superinterpretação*. Este mesmo autor nos auxilia na reflexão da relação entre o texto e o leitor,

Um texto é um dispositivo concebido para produzir seu leitor-modelo. Repito que esse leitor não é o que faz a 'única' conjetura 'certa'. Um texto pode prever um leitor-modelo com o direito de fazer infinitas conjeturas. O leitor empírico é apenas um agente que faz conjeturas sobre o tipo de leitor-modelo postulado pelo texto. Como a intenção do texto é basicamente a de produzir um leitor-modelo capaz de fazer conjeturas sobre ele, a iniciativa do leitor-modelo consiste em imaginar um autor-modelo que não é o empírico e que, no fim, coincide com a intenção do texto. Desse modo, mais do que um parâmetro a ser utilizado com a finalidade de validar a interpretação, o texto é um objeto que a interpretação constrói no decorrer do esforço circular de validar-se com base no que acaba sendo o seu resultado. Não tenho vergonha de admitir que estou definindo assim o antigo e ainda válido 'círculo hermenêutico' (2005, p. 75).

Essa junção e/ou diálogo entre teoria e a fonte, se torna um exercício de análise na tentativa de entender os sujeitos que nossa fonte em questão proporciona: homens e mulheres, pessoas simples que viviam no sul de Mato Grosso, mais precisamente na região de Santana de Paranaíba, divisa com os estados de Goiás e Minas Gerais, e que defendiam suas tradições, no sentido de algo costumeiro às suas origens, como sugeriu Thompson ao discutir sobre costumes: "... o termo 'costume' foi empregado para denotar boa parte do que hoje está implicado na palavra 'cultura'. O costume era a 'segunda natureza' do homem" (1998, p.14).

Ainda que este autor da história social do trabalho tenha se referido à Inglaterra do século XVIII, ao discorrer sobre questões do direito moral, do costume, dos motins e dos sujeitos envolvidos, as suas contribuições são válidas para apreendermos a história regional e os costumes desenhados pelos agentes sociais, em suas práticas e modos de vida pelo sul de Mato Grosso no século XIX. Por conseguinte pode-se pensar que muito do que uma cultura abrange provém dos costumes, que foram sendo adquiridos e agregados no modo de vida e de trabalho, ao longo da história, até formar uma espécie de *circularidade de costumes*, defendidos, praticados, para enfim se tornarem comuns a uma região específica.

Thompson, ao estudar o direito moral, aponta a singularidade dos sujeitos mediante ao meio e ao que entendem por direitos: “A identidade social de muitos dos trabalhadores mostra também uma certa ambigüidade. É possível perceber no mesmo indivíduo identidades que se alternam, uma deferente, a outra rebelde” (1998, p. 20).

As identidades são mutáveis como sabemos, cabe-nos tentar entender o porquê dessas distinções de num momento o trabalhador ser respeitoso e noutro se rebelar.

Uma passagem bem interessante em *Inocência* nos dá dimensão das relações que os empregados vivenciavam frente ao convívio e aos limites estabelecidos em terras de Paranaíba: “– Júque, vá ver onde estão burrinhos e não bote sua colher, quando gente branca está falando com o seu patrão” (2002, p.65). Fica perceptível o incômodo que o palpite do empregado da propriedade gera diante de uma conversa dita de *brancos*.

Noutro momento é perceptível essa mesma interpretação em relação aos negros. Pereira, um pequeno agricultor, proprietário de terra e pai de Inocência, diz para Cirino, médico autodidata, referindo-se à Maria Conga, que trabalhava em sua casa: “A Maria Conga está ficando uma verdadeira lesma. Venha para aqui e espere-me um nadinha” (2002, p.59).

Percebemos, a partir desses fragmentos, como se dava o relacionamento com os negros e empregados da casa, intimidades que apontam tanto para uma maneira rude de lidar e tratar seus impares ou mesmo uma forma habitual, ou seja, *lesma* pode sinalizar que a escrava estava velha. Como se percebe a partir da fonte literária, alguns dos pequenos agricultores possuíam escravos, e esses deveriam, sob o olhar hierárquico dos senhores, de prontidão servir e acatar a ordens dadas.

Os questionamentos até agora suscitados nos leva a acreditar na possível contribuição da interpretação de *Inocência*, indo ao encontro de um conjunto de *sempre em obras*, ou seja, não há uma finalização de uma abordagem, e sim o ato de pesquisar, questionar, buscando aproximar-nos assim de vivências.

Dosse em relação às ciências humanas nos explicita que:

Em primeiro lugar, as ciências humanas devem considerar que as representações das ações pelos atores são portadoras de um conhecimento pertinente. Em segundo, as próprias ciências humanas são disciplinas *interpretativas*. Esse duplo círculo hermenêutico tem um efeito de retorno na apropriação pelos atores e pelas instituições dos conhecimentos produzidos pelas ciências humanas, graças à capacidade ativa e reativa dos atores, o que Giddens qualifica de “atuação”. Essa competência para a transformação descortina um horizonte pragmático, próprio do humano, comum à história, à sociologia e à antropologia, para os quais “a performatividade das representações é indissociável da atuação dos atores”. Embora o horizonte epistemológico seja pragmático, não se pode prejulgar o que vai acontecer. A previsão não passa de retrovisão. As ciências humanas são levadas a oscilar entre o porquê e o como (1950, p. 40).

Essa “dupla hermenêutica, ou seja, o duplo processo de tradução e interpretação”, essa duplicidade é indissociável e vai ao encontro da “atuação”. O futuro é incerto, no sentido de que “não se pode prejulgar o que vai acontecer”. Essa “oscilação entre o porquê e o como” volta-se a esse “círculo hermenêutico”, o processo de tradução e interpretação, que pode levar a enganos, desencontros e a oscilações, como sugere um dos trechos da obra “Inocência”, apresentado a seguir:

E de sopetão tirando uma garrucha da cintura, desfechou-a à queimadura em Cirino.
Varou a bala o corpo do infeliz e o fez baquear por terra.
Dois gritos estrugiram.
Um de agonia, outro de triunfo.
Ficara Cirino estendido de bruços. Reunindo as forças, que se lhe escapavam com o sangue, voltou-se de costas e prorrompeu em vociferações contra o inimigo, que o contemplava sardônico.
[...]
Inocência, coitadinha... Exatamente nesse dia fazia dois anos que o seu gentil corpo fora entregue à terra, no imenso sertão de Sant’Ana do Paranaíba, para aí dormir o sono da eternidade (2002, p. 163/167).

A interpretação de *Inocência* nos propicia o entendimento de hábitos, ou melhor, de costumes que se desenhavam pelos sertões,

- Aqui, no sertão do Brasil, há o mau costume de esconder as mulheres. Viajante não sabe de todo se são bonitas, se feias, e nada pode contar nos livros para o conhecimento dos que lêem. Mas, palavra de honra, Sr. Pereira, se todas se parecem com esta sua filha, é coisa muito e muito digna de ser vista e escrita! (2002, p.76).

O costume de preservar a honra das filhas é um valor moral bem visto em todo o romance, deixando claro que as questões pertinentes ao casamento deveriam ser (e eram) preocupação dos pais, no caso, do Sr. Pereira.

Outro fator instigante é a hospitalidade do sertão. Se observada em vários dicionários a palavra “sertão” designa *lugar inculto, distante de povoações*, porém na obra de Taunay encontramos uma diferença em relação aos dicionários:

Se, de um lado, criava involuntária admiração por Meyer e, rodeando-o, em sua imaginação, do prestígio de uma beleza irresistível, via aumentar o seu receio em abrigar tão perigoso sedutor; do outro, sentia as mãos presas pelas obrigações imperiosas da hospitalidade, a qual, com a recomendação expressa de seu irmão mais velho, assumia caráter quase sagrado. Juntem-se a isto os preconceitos sobre o recato doméstico, a responsabilidade de vedar o santuário da família aos olhos de todos, o amor extremoso à filha, em quem não depositava, contudo, como mulher que era, confiança alguma, as suposições logo ideadas acerca da impressão que naturalmente aquele estrangeiro produzira no coração da sua Inocência, já quase pertencendo ela a outrem, e as colisões que previu manter inabalável a sua palavra de honra, palavra dada em dois sentidos agora antagônicos – um mundo enfim de cogitações e de terrores. E tudo isto revolvendo-se na cabeça de Pereira, refletia-se com sombrios traços de inquietação em que seu rosto habitualmente tão jovial (2002, p.80).

Mesmo com todas as desconfianças do Sr. Pereira em relação ao estrangeiro alemão Meyer, o costume da hospitalidade quase que o obrigava a recepcioná-lo e a atender ao pedido de seu irmão, até mesmo contra sua vontade, pedido comparado noutro momento como se fosse ordem dada diretamente pelo imperador:

É como se recebesse uma ordem do punho do Sr. D. Pedro II, filho de D. Pedro I, que pinchou os emboabas (portugueses) para fora desta terra do Brasil e levantou o Império nos campos do Ipiranga, lá para os lados de São Paulo de Piratininga, onde houve em seu tempo colégio de padres e fradaria grossa (em qualidade) e donde os mamelucos saíam para ir por esses mundos a fora bater índios brabos e caçar onças, botando bandeiras até na costa do Paraguai e no salto do Paraná, tanto assim que deram nas reduções (aldeias jesuítas do Paraguai) e trouxeram de lá uma imundície (grande quantidade) de gente amarrada, por sinal que muitos amolaram a canela em caminho, e só chegaram uns cento e tantos, tão magros que... (2002, p.69).

Em um momento anterior, o sertanejo recebe o alemão dizendo-lhe: “..., esta casa é sua.” Assim demonstrava uma docilidade hospitaleira dos sertanejos em relação aos que chegavam de longe em suas terras. No

imaginário do Sr. Pereira as terras cá do Brasil eram férteis, o que remonta a outra fonte: a carta de Pero Vaz de Caminha, ao expor que: “Contudo a terra em si é de muito bons ares, frescos e temperados como os de Entre-Douro e Minho (...) Em tal maneira é graciosa que querendo-a aproveitar dar-se nela tudo por causa das águas que tem!”²

A carta tão famosa, considerada “o primeiro registro de batismo” da América portuguesa, trata de outro contexto histórico, mas no romance se assemelha a análise simples que realizara o sertanejo, dando assim sua visão sobre o que era o Brasil do século XIX, especificamente o sertão onde habitava:

- Salta! atalhou Pereira exultando de prazer, então viva cá o nosso Brasil! Nele ninguém se lembra até de ter fome. Quando nada se tenha que comer, vai-se no mato, e fura-se mel de jataí e mandorí, ou chupa-se miolo de macaubeira. Isto é cá por estas bandas; porque nas cidades, basta estender a mão, logo chovem esmolas... Assim é que entendo uma terra... o mais é desgraça e consumição” (2002, p.72).

Permanece a impressão da fartura que por ali se poderia encontrar, que por ali habitava. Como é possível depreender do romance, a alimentação era simples, porém fome naquelas redondezas o alemão não passaria.

O senso comum visualiza normal e corriqueiramente o sertão como lugar lúgubre, onde a fome impera, o que este trecho da obra de Taunay acaba por desconstruir. A partir de um diálogo entre a obra literária e o olhar de um aprendiz de historiador, as sensações provocadas pelo livro, afora todas as já apontadas, nos faz visualizar um sertão com hábitos e costumes, diversos da civilização, mas acima de tudo, constituído por saberes da gente comum...

REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger. *Debate: Literatura e História*. Rio de Janeiro: Topoi, 1999.

DOSSE, François. *A história à prova do tempo*. Da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

ECO, Umberto. *Interpretação e Superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

²<http://www.biblio.com.br/default.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/perovazcaminha/carta.htm>

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998.

TAUNAY, Visconde de. *Inocência*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.